

XXXIV Encuentro Arquisur. XIX Congresos: "CIUDADES VULNERABLES. Proyecto o incertidumbre"

La Plata 16, 17 y 18 de septiembre

Facultad de Arquitectura y Urbanismo – Universidad Nacional de La Plata

EJE: Enseñanza

Área (1): Proyecto arquitectónico y urbano

***Polis, política e ensino de arquitetura e urbanismo:
uma tentativa de evitar o desastre automático das megalópoles***

Mauricio José Laguardia Campomori

Professor Adjunto – Departamento de Projetos – Escola de Arquitetura – UFMG
Universidade Federal de Minas Gerais – Rua Paraíba 697, Funcionários, CEP: 30130-140
Belo Horizonte, MG – Brasil – (<http://www.arq.ufmg.br>) – Tel.: +55 (31) 3409 8812
mcampomori@ufmg.br

Resumen: Em 1950 a população urbana mundial era de aproximadamente 746 milhões de pessoas (29,8% da população total). Em 2014, a população urbana já superava 3,9 bilhões, ou seja, 54% da população total. A previsão da ONU é que em 2030 essa proporção possa atingir 67%, o que significa que 2 a cada 3 pessoas viverão em ambientes urbanos.

Nesse mundo marcado por um contínuo e veloz processo de urbanização, duas questões devem ser enfrentadas por arquitetos e urbanistas: a primeira é indagar o que vem sendo feito para tornar as cidades melhores, mais capazes de se oferecer às pessoas como um elemento ativo e que contribua de modo cada vez mais afirmativo no processo de desenvolvimento da qualidade de vida de seus usuários e habitantes; a segunda é definir e compreender qual tem sido a atuação dos arquitetos e urbanistas nesse processo.

Frente à desumana potência do "*establishment*", o que nos cabe hoje é trabalhar para que qualquer cidade seja configurada como um espaço de resistência, de cidadania e de socialização. O objeto deste trabalho é discutir como o ensino de arquitetura e urbanismo pode enfrentar essa questão que não é apenas técnica, mas existencial.

Palavras claves: Arquitetura e Urbanismo; Urbanização; Cidades; Megalópoles.

Polis, política e ensino de arquitetura e urbanismo: uma tentativa de evitar o desastre automático das megalópoles

Mauricio José Laguardia Campomori

Introdução

O século XX foi o palco de uma série de eventos que provocaram notáveis transformações no modo de viver da humanidade. Nesse período de cem anos ocorreram tanto as duas guerras mundiais como também as primeiras viagens espaciais e a chegada do homem à superfície da lua. Nesse século a ciência e a tecnologia avançaram a ponto de se transformarem em promessa de felicidade; nele se fez a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, mas também de guerra e destruição; nele ocorreram tanto a era do rádio como a da televisão; nele se fez o desenvolvimento farmacêutico dos antibióticos. No século XX foi criado o transistor e os semicondutores permitiram vislumbrar novas possibilidades para a eletrônica; nele surgiram os computadores, a informática e a internet; nele se revolucionaram os costumes e se reestruturaram as relações de gênero, de trabalho e de poder, talvez como nunca antes.

A despeito da incontestável importância de cada um desses eventos, creio que ainda podemos dizer que a mais significativa transformação ocorrida no século XX foi o processo de urbanização pelo qual passou o planeta. Esse processo, como quase tudo no século XX, foi aceleradíssimo. A título de exemplo, vale lembrar que em 1950 a população urbana mundial era de cerca de 746 milhões de pessoas, de um total de cerca de 2,5 bilhões (29,8% da população total). Em 2008 a população urbana já era igual à população rural. Em 2015, dos aproximadamente 7,2 bilhões que compõem a população mundial, cerca de 3,9 bilhões de pessoas vivem em áreas urbanas ao redor do mundo, ou seja, 54% da população total. A previsão da Organização das Nações Unidas (ONU, 2007) é que antes de 2045 essa proporção poderá atingir 67%, o que significa que 2 a cada 3 pessoas viverão em ambientes urbanos.

Uma outra constatação importante é a de que está aumentando o número de pessoas que se concentram no que se pode chamar de megacidades ou megalópoles. Considerando como participantes desse grupo apenas as regiões metropolitanas de cidades com mais de 10 milhões de habitantes, vemos que em 1990 essas megalópoles eram apenas uma dezena. Hoje, passados vinte e cinco anos, já são 28 as cidades com mais de 10 milhões de habitantes. Em termos percentuais, se em 1990 somente 7% da população urbana vivia nessas megacidades, hoje cerca de 453 milhões de pessoas habitam as 28 megalópoles (aproximadamente 12% da população urbana do mundo). A região metropolitana de Tóquio, com seus presumidos 38 milhões de pessoas lidera esse ranking.

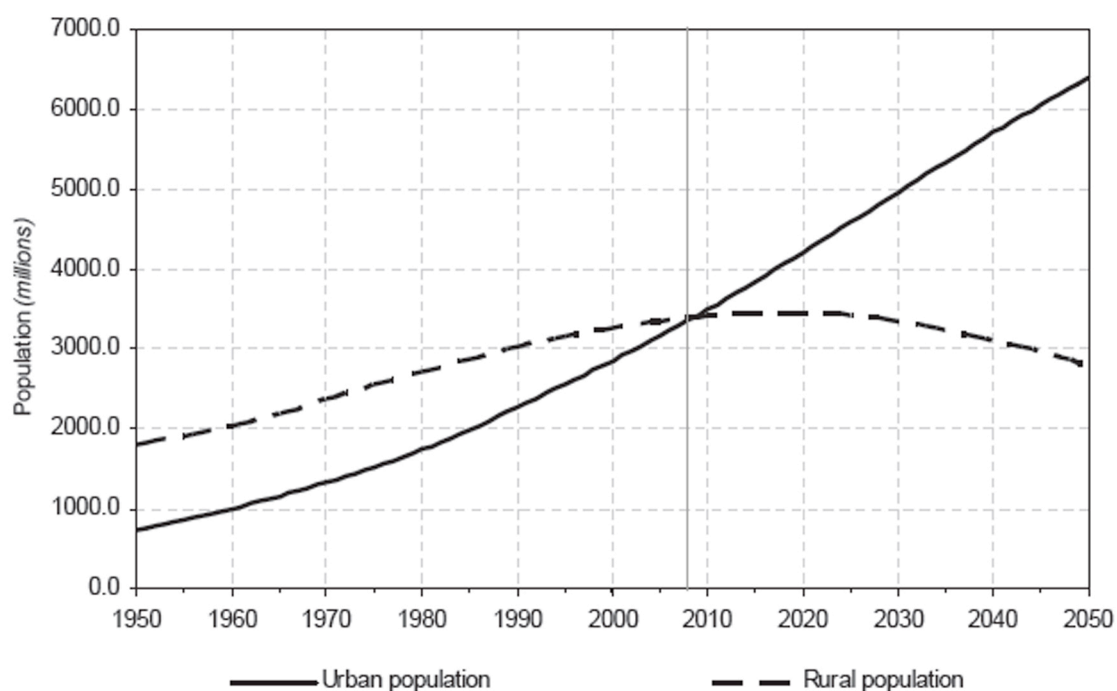


Fig. 01 – População Urbana X População Rural – 1950 / 2050
 Fonte: United Nations, *World Urbanization Prospects: The 2007 Revision - Highlights*

Esses números seriam facilmente compreendidos se considerássemos apenas países que possuem pequenos territórios, tais como Singapura, Mônaco ou mesmo o Vaticano. Chama a atenção, no entanto, o fato de que entre os seis países de maior extensão territorial no mundo (Rússia, Canadá, China, Estados Unidos, Brasil e Austrália, nessa ordem), apenas a China ainda tem taxa de urbanização inferior à média mundial, mas já superior a 50%. Na Rússia já é maior que 70% enquanto na Austrália, no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá, a taxa de urbanização supera os 80%.

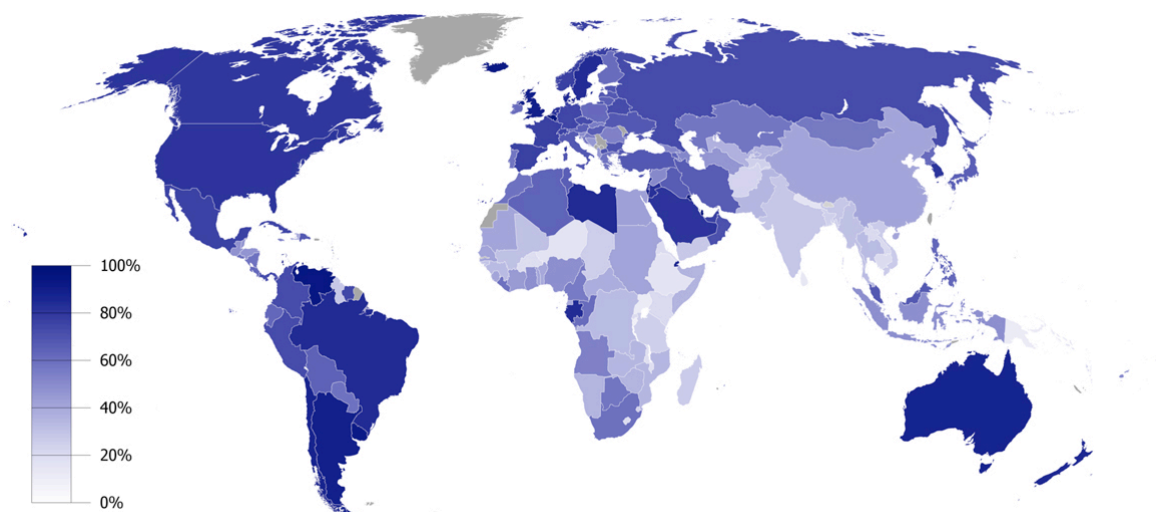


Fig. 02 – Urbanização mundial em 2006
 Fonte: United Nations, *World Urbanization Prospects: The 2005 Revision (2006)*

Polis versus megalópoles

Se queremos abordar o tema das cidades, uma primeira providência que parece necessária é definir a qual conceito de cidade nos referimos para desenvolver a discussão. Me interessa tentar um caminho que aparentemente foge ao hábito de nossos dias. Costumo propor um exercício conceitual onde o modo de se pensar a cidade partiria do princípio de que é necessário imaginá-la sempre como *polis*, naquela acepção de forma política superior, não apenas dando nome à política, mas confirmando também seu sentido. A partir desse ponto de vista, poderíamos recorrer à ideia de que uma das bases da noção de civilização ocidental, como hoje a conhecemos, aponta para um mundo, assim como concebido por Aristóteles há mais de dois mil e trezentos anos, onde cada coisa teria uma atividade determinada por seu fim. Vale lembrar que nesse sistema, o 'bem' seria aquilo a que todas as coisas deveriam tender. Assim, o bem e a felicidade derivada de seu exercício, seriam o fim último de qualquer coisa, ciência ou arte.

Vários daqueles a quem hoje chamamos de 'clássicos' entenderam essa questão de modo bastante semelhante. De Cícero, na Roma antiga, ao renascentista Alberti, vários se utilizaram fartamente da expressão latina "*bene beateque vivendum*" (uma vida boa e bem-aventurada / uma vida boa e feliz) para confirmar que todas as nossas ações (e consequentemente, tudo o que o humano deve buscar) deveriam ter em mira essa diretriz.

Ora, ao trilhar essa linha de raciocínio, deveríamos facilmente poder concluir que a finalidade do direito deve ser a justiça. Analogamente, a finalidade da medicina deve ser a saúde. Mas, antes, importa dizer que sempre haveria um bem supremo dentre todos, o qual deveria ser buscado como fim maior e último também da *polis*: a felicidade.

Por isso disse que tentaria um caminho que aparentemente foge ao hábito de nossos dias: é que de forma bastante diversa do que já se consolidou no senso comum contemporâneo, nesse tipo de abordagem a felicidade precisaria e deveria ser compreendida não apenas como um estado que se busca alcançar, mas sim como um processo, através do qual todos se aperfeiçoam e se desenvolvem do melhor modo possível em todas as suas potencialidades, aptidões e características. Parece bastante claro que essa não é nossa situação atual.

Em nossa '*polis*' contemporânea, o que podemos ver é uma situação terrivelmente diferente. Estamos todos imersos em um sistema de dimensão global que nos propõe através de várias estratégias (e entre elas está a própria autopublicidade do sistema, que se anuncia para todos, dentro e fora dele, como um produto a ser cada vez mais desejado e consumido) que devemos acreditar que vivemos em um período marcado por cada vez maiores e mais abrangentes possibilidades de desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo em que o frenético e inebriante trânsito de informação se propõe como materialização de um poder coletivizado e democrático, ou seja, no momento em que a internet e as mídias globais parecem dar voz e igualdade de expressão a todos e a tudo (ainda que saibamos que os verdadeiros poderes continuam cada vez mais concentrados em poucos e, tragicamente ainda, os mesmos), a promessa embutida nesse sistema é de que dentro dele o indivíduo está, finalmente, colocado no centro de tudo.

Temo que essa seja, novamente, apenas mais uma aparência fácil, frágil, imediatista (e lamentavelmente, barata) da coisa real.

Assim como quando descobrimos no passado, pelas mãos dos astrônomos, que já não mais habitávamos o centro absoluto e incontestável do universo, ou quando, através da pesquisa biológica e do evolucionismo, tivemos a possibilidade de entender que

geneticamente talvez nos parecêsemos mais com os símios do que com um Criador que nos houvesse feito à sua semelhança, minha impressão é de que esse novo deslocamento que ocorre na atualidade, ao contrário do prometido, novamente nos alija de qualquer posição de centralidade. Em verdade, não somos muito mais que imagens e números em busca de identidade. Mas em meio à imensa e cada vez mais marginal massa de milhões de indivíduos, em nossas megalópoles, subsistem milhões de sensações individuais de centralidade.

Nossas cidades sempre foram entendidas como símbolos de nosso desenvolvimento. Se isso for verdade, poderíamos dizer que nossas megalópoles seriam então representantes de um tipo de “superdesenvolvimento” como propõe Viveiros de Castro em entrevista a Eliane Brum (BRUM, 2014). E assim como o subdesenvolvimento, esse superdesenvolvimento também pode ser entendido como um problema, ou uma disfunção. Por que não questionar os países superdesenvolvidos? Por que não questionar o fato de que um norte-americano médio gasta (e, portanto, consome energia, por exemplo) cerca de 30 vezes mais que um cidadão da Etiópia?

Por que não questionar nossas megalópoles?

As megalópoles são laboratórios formidáveis de todas as mazelas do mundo, realizando em tempo cada vez mais acelerado tudo o que ocorre no mundo. Engarrafamentos, poluição, falta de infraestrutura, violência e desigualdade. Assim, Tóquio, Jacarta, Seul, Xangai, Karachi, Lagos, Delhi, México, Nova York, São Paulo, Moscou, Istanbul, todas, ao mesmo tempo em que representam e corporificam a esperança e os sonhos da ciência, da técnica, do progresso e do desenvolvimento modernos, passam também a ser os mais eloquentes palcos da falência e degradação dos projetos sociais. Os mesmos projetos sociais que nada mais eram que tentativa de resposta à percepção da necessidade de se elaborar uma alternativa à desumanização provocada pelo próprio progresso da cidade, à perda da escala do homem em seus empreendimentos e, mais recentemente, à artificialização das noções do tempo e do espaço.

Mas algo ainda precisa ser discutido e acrescentado a esse complexo panorama: trata-se de investigar que papel tem desempenhado os profissionais arquitetos e urbanistas nesse contexto. Temos sido capazes de mitigar ou apenas potencializamos as consequências do contínuo processo de desumanização das grandes cidades?

Lembro que há cerca de um ano estava colocada nas páginas do New York Times uma polêmica suscitada por Witold Rybczynski, professor emérito de arquitetura e urbanismo na Universidade da Pensilvânia. Ele queixava-se de que os “starchitects” muitas vezes trabalham em cidades com as quais não estão familiarizados e, assim, aumenta a possibilidade de criação de edifícios que pouco sintonizados, ou pouco capazes de se articular com os seus arredores. Em uma entrevista, ele argumentou em favor de talento arquitetônico local, e cunhou para tanto uma palavra: “locatecture”. Nesse debate intitulado *Are the ‘Star’ Architects Ruining Cities?* (Estarão os “star-arquitetos” arruinando as cidades?), entre os mais variados argumentos, favoráveis e contrários, cada um com suas virtudes e vícios, algo desperta minha atenção desde o título: o termo “*star architects*” ou apenas “*starchitects*” parece querer, de forma bastante jocosa, denotar que existe uma categoria de profissionais que se aliam e se filiam aos modelos do “show-business”, numa busca desenfreada pelo sucesso, notoriedade e fama. Tudo indica que a estratégia para chegar a esse sucesso, notoriedade e fama será, naturalmente, alguma forma de arquitetura-espetáculo.

Daí passo à nossa segunda grande questão: é isso que estamos ensinando em nossas escolas de arquitetura e urbanismo?

O ensino de Arquitetura e Urbanismo, cidade, resistência e democracia

Todos os dias, ao redor do mundo, o mercado e a mídia trazem à tona algumas propostas arquitetônicas e urbanísticas. Desde há muito, o “novo” tem sido usado repetida e recorrentemente como a palavra-chave, a alma deste processo. Novas estéticas. Novas técnicas. Mas não se fala de uma nova *polis*.

Cabe aqui voltar à ideia de *polis*. E cada vez mais acredito que discutir, ainda que conceitualmente a ideia de uma nova *polis* se faz necessária porque as democracias estão, sempre, muito ameaçadas. Frente a essa afirmação, possivelmente diremos que a ameaça, em cada parte do mundo, reside em fatores ou elementos os mais diversos. O mais provável é que imaginemos que na Europa ela é posta em risco pela constante ameaça de ascensão das extremas direitas, pelos preconceitos que se transformam em xenofobia e pela ortodoxia cega das regras de quem controla o capital. Não seria difícil perceber que a ameaça, no Oriente Médio, pode ser corporificada pela ação da intolerância e dos extremismos religiosos, enquanto na América do Norte o que fragiliza a democracia é a cada vez mais indisfarçável perda de consciência das massas.

Todas essas são ameaças, sim. Mas algo parece tanto ou mais ameaçador ainda: nossa falta de capacidade de compreender que a maior ameaça ao mundo contemporâneo é a brutal desigualdade que existe entre as pessoas. Desigualdade econômica, em primeiro lugar. É absurdo saber que em um mundo que, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2012) produz anualmente mais de setenta trilhões de dólares de riqueza bruta, existam países com um PIB *per capita* inferior a cento e cinquenta dólares. Algo como cinquenta centavos de dólar por dia. E pessoas morrem de fome, por causa disso. É óbvio que seria utópico imaginar que os mais de setenta trilhões de dólares pudessem ser divididos igualmente entre todos os sete bilhões de habitantes da terra. Isso faria com que a renda *per capita* de cada pessoa viva no mundo fosse próxima de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares). Os mais ortodoxos têm uma receita clara e objetiva: para tirar as pessoas da pobreza, é preciso crescer economicamente. E para crescer economicamente temos que usar crescentemente nossa base produtiva altamente consumidora de energia poluente, como petróleo e carvão. Em outras palavras: para crescer economicamente temos que destruir o planeta. O paradoxo é claro. Ou questionamos a ideia e o modelo clássico de crescimento econômico ou vamos rumar para o esgotamento do planeta. É por isso que digo que temos que trocar nossas megalópoles por novas *polis*. E não creio que isso será decidido apenas pelos economistas, ou pelos cientistas do clima, ou pelos ambientalistas. Em minha opinião, algo pode ser feito de maneira mais direta pelos arquitetos: cabe voltar a discutir nas escolas de arquitetura e urbanismo as nossas cidades, as nossas megalópoles, em confronto direto com uma ideia de *polis*.

Novas escolas, novo ensino, novas possibilidades, nova ética

É necessário, para isso, que se pense que o próprio modelo de financiamento da ciência deve mudar. E o modelo de funcionamento de nossas escolas deve mudar juntamente com isso. Hoje se acredita que a educação faz parte da chamada economia do conhecimento e que o valor de cada área deve ser dado pela mensuração de seu impacto sobre a sociedade. Nesse modelo fica bastante claro que é muito mais fácil verificar o impacto causado por um engenheiro aeronáutico que aquele de um historiador. Ou de um químico em comparação com um arquiteto. E a nossa academia contemporânea – as

universidades – segue essa regra, onde o mérito acadêmico é medido pela quantidade de dinheiro se consegue obter. Daí é fácil verificar que professores se convertem em gerentes – managers – e alunos se tornam consumidores. E o fruto da educação passa a ser tratado apenas como empregabilidade.

Retomo meu ponto: é necessário que o ensino de arquitetura e urbanismo se coloque nesse contexto e passe, novamente a discutir, ética e conceitualmente a cidade contemporânea. É necessário que a universidade questione a megalópole e rediscuta a possibilidade de uma *polis*. Nossas megalópoles, ao contrário da *polis*, já são espaços de negação da cidadania, coleções de guetos, onde cada vez menos existe emprego permanente, mas relações de trabalho extremamente precárias. Nossas megalópoles já são, ou logo serão, lugares de dessocialização, verdadeiras zonas de tirania, onde a única liberdade real é a de consumir.

Qualquer cidade, para ser novamente *polis*, precisa ser configurada como um espaço de resistência, de cidadania e de socialização. Nesse sentido, ganha nova importância a afirmação de Paul Virilio, em 1999: “*É preciso que a política controle a técnica*”, já que em sentido mais amplo, o desastre automático das megalópoles será o desastre automático dos homens da *polis*.

Este, eu creio, é um dos nossos papéis: construir cidades que operem algo assim como uma linha de resistência, de inteligências. O que em verdade se coloca frente a nós é uma questão existencial e sou de opinião que lutar contra tudo que adie a emancipação humana e social não pode ser apenas uma questão técnica.

Assim como buscar uma “*bene beateque vivendum*” também não era no passado.

É tarefa para todos os homens e mulheres da *polis*. É política.

Referências Bibliográficas

Brum, E. (2014). *Diálogos sobre o fim do mundo*. Entrevista concedida por Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski a Eliane Brum, em 29/09/2014, disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html

FMI (2012). Fundo Monetário Internacional World Economic Outlook Database, 2012: *Nominal GDP list of countries*: disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx>

Milan, B (1999). *O século*. Rio de Janeiro: Ed. Record.

Rybczynski, W. (2014). Entrevista ao jornal New York Times, disponível em <http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/07/28/are-the-star-architects-ruining-cities-9>

UNITED NATIONS (2006). *World Urbanization Prospects: The 2005 Revision*, disponível em http://www.un.org/esa/population/publications/WUP2005/2005WUPHighlights_Final_Report.pdf

UNITED NATIONS (2007). *World Urbanization Prospects: The 2007 Revision*, disponível em http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007WUP_Highlights_web.pdf